



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 5668, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais), à Unidade Executora do Conselho Escolar Profª Alice Pereira Alves, inscrito no CNPJ: 01.032.210/0001-24, situado na Rua: Dezesete, Bairro: Manoel Abrão, no município de Mineiros, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Mineiros, constante no Processo nº 202400006011740, de 26 de janeiro de 2024.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à conta nº 74001-2, Banco do Brasil - 001, Agência: 0659-9, no município de Rio Verde, conforme **REX nº 4089**.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas para Custeio em reforma no **Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Professora Alice Pereira Alves**, de acordo com a Lei nº 22.536 de 09 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial/GO nº 24.200 de 10 de janeiro de 2024, referente à Emenda Parlamentar nº **0258/2023**, Espelho da Emenda Parlamentar (56350115) e Comunicado nº 1489/2024 - SEDUC/GCR (66597314), tendo em vista o Despacho nº 2690/2024 - SEDUC/GCR (67286109), Despacho nº 7972/2024 - SEDUC/SUPINFRA (67478133), Despacho nº 1631/2024 - SEDUC/DOFI (67481641) e Despacho nº 3519/2024 - SEDUC/COORDASTEC (67492277), o empenho deverá ser de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (67481453) anexo.

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

V - DETERMINAR, ao Conselho Escolar, que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, o qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Conselho Escolar, que designe comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, - quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

- I – Certidão Negativa do INSS;
- II – Certidão do Fundo de Garantia;
- III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV – Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;
- V – Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

VII - ESCLARECER, que as obras/prestações de serviços só poderão ser iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho e mediante Ordem de Serviço emitida pelos Técnicos da SUPINFRA.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX –DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 21/11/2024, às 18:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **67578027** e o código CRC **95F43C40**.



Referência: Processo nº 202400006011740



SEI 67578027